



José Gabriel Ávila *

Contrariar o despovoamento das ilhas mais pequenas

Retirado há muito das lides profissionais, embora não isolado nem indiferente ao caminhar do mundo e das ilhas de que sou observador atento, procuro analisar o dito e o feito nas suas diversas componentes e implicações. Nestas circunstâncias, não é fácil ajuizar os acontecimentos e as situações, se bem que essa seja a preocupação de quem emite opinião, sempre com o intuito de defender os direitos humanos, nomeadamente dos mais carenciados.

Nas minhas reflexões, socorro-me frequentemente de opiniões abalizadas, de estudos publicados no sítio “Academia.edu”, onde os académicos açorianos também divulgam os seus trabalhos.

1. Hoje, refiro uma comunicação do Doutor Paulo Espínola, graciosense, investigador da Universidade de Coimbra sobre “A dinâmica demográfica dos Açores nos primeiros 20 anos do século XXI”.¹

O tema mantém a máxima actualidade, atendendo ao crescente envelhecimento demográfico e à consequente desertificação de algumas ilhas. Essa dificuldade deve condicionar os organismos públicos que têm de apresentar, neste final do ano, Planos de desenvolvimento e respetivos orçamentos para 2026. A análise desses documentos tem como ponto de partida o fato da população açoriana estar a diminuir, observa Espínola:

“No período 2011-2021 a população dos Açores decresce mais de 10 mil habitantes, sobretudo, em resultado do saldo migratório desfavorável [em mais de 10 mil pessoas], mas o saldo fisiológico perde muita da vitalidade, ao ponto de se tornar negativo pela primeira vez (-180 habitantes).” (...) “Neste decénio – continua o geógrafo – somente a ilha de São Miguel surge com o crescimento natural positivo, mas a um nível mais baixo, na ordem dos 2594 habitantes, que se deve ao decréscimo da taxa média de natalidade de 13,5% para 10,4%, uma vez que a taxa média de mortalidade não registou aumento.”

Se a este cenário juntarmos que “o índice de envelhecimento nos Açores quase duplicou nos últimos vinte anos, passando de 61%, em 2001, para 113%, em 2021” (...) [e que] “apenas São Miguel possui mais jovens que idosos (90%)”, tem forçosamente de agir depressa porque, no extremo oposto estão “São Jorge – a mais envelhecida, com 176%, seguindo-se o Pico (164%)”.

Espínola nota também que “Em termos do nível de instrução, a população dos Açores alcançou progressos assinaláveis desde 2001, tendo mais que duplicado os habitantes com os níveis de ensino secundário e superior e reduziu em mais de 2/3 os residentes sem nível de instrução completado. No entanto, o 1º ciclo do ensino básico é ainda em 2021 o mais comum, com 23,4%, porém, a pouca distância do ensino secundário (22%).” Estes dados são, porém, insuficientes – adianta o académico. Para os Açores deixarem de ser “a região portuguesa com menor grau de qualificação: é importante reforçar a aposta na formação dos açorianos.”

Estas duas questões são, para o investigador graciosense, da maior importância para quem projecta o futuro do arquipélago. Espínola afirma por isso que compete aos responsáveis políticos “saber lidar com o previsível acentuar do envelhecimento da população e corresponder eficazmente a um desafio regional: contrariar o despovoamento das ilhas mais pequenas.”

2. A proposta do Plano Regional para 2026 apresenta um quadro pormenorizado da situação socioeconómica dos Açores e os reflexos da crise demográfica. Todavia, como em documentos anteriores, falta traçar um rumo, esclarecer que desenvolvimento se pretende e apontar as carências essenciais para atingir esses objetivos, elencar os investimentos prioritários e elaborar um cronograma que permita analisar o bom ou o deficiente desempenho das entidades competentes.

Nos últimos dias, os governantes têm realizado visitas a alguns empreendimentos, pretendendo desse modo publicitá-los, com vista a contrariar a acusação de passividade do executivo.

Exigia-se, sobretudo, que os governantes elencassem e justificassem as obras não executadas ou atrasadas e se e como pretendem cumprir o que foi planeado.

Muitas dos empreendimentos, só por si, não conduzem ao desenvolvimento socioeconómico e dificilmente podem ser considerados estruturantes. Estão neste caso algumas vias circulares, executadas com

fundos do PRR.

Perante o envelhecimento de algumas ilhas o que se exige são políticas e realizações direccionadas para a prestação de cuidados de saúde primários e diferenciados, acessíveis às necessidades das populações, a um melhor atendimento aos idosos que vivem sós, mantendo-os, preferencialmente, nos seus próprios “cantinhos”.

Há um longo caminho a percorrer no domínio do apoio domiciliário, na necessidade urgente de formação profissional adequada, na falta de pessoal técnico para os cuidados de saúde primários e de um maior envolvimento das comunidades e da vizinhança. Só assim as populações idosas poderão viver com mais qualidade e o declínio demográfico não se acentuar.

Significa isto que os planos de desenvolvimento de uma ilha e de uma comunidade tem de atender à situação económica e social de toda a população rural e urbana, incluindo também os idosos.

Os Açores estão numa encruzilhada que obriga todos os responsáveis políticos, económicos e culturais a saberem “lidar com o previsível acentuar do envelhecimento da população [e a] contrariar o despovoamento das ilhas mais pequenas.”

Este é o grande desígnio que se coloca à atual geração.



¹ Espínola, Paulo, “A dinâmica demográfica dos Açores nos primeiros 20 anos do século XXI”, XVIII Colóquio Ibérico de Geografia - Desafios Societais: Uma perspectiva da Geografia. Livro de Atas, Coimbra, 2024